

A. I. N° - 232951.0069/07-8
AUTUADO - BRASILACU COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - ANDREA BEATRIZ BRITTO VILLAS BOAS
ORIGEM - IFMT METRO
INTERNET - 05.12.2008

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0305/02-08

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDAS DE MERCADORIAS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente do valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição da penalidade aplicada. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 29/01/2008, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para aplicação da multa no valor de R\$690,00, sob acusação de que o estabelecimento foi identificado realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente. Em complemento consta na descrição dos fatos: "Mercadoria sendo vendida sem a devida emissão de nota fiscal, constatada através de auditoria de caixa realizada".

O autuado, em sua defesa constante às fls.15 a 16, inicialmente relata que a autuante adentrou no estabelecimento e solicitou o talonário de notas fiscais em uso, e que no momento do processo de fiscalização foram vendidas mercadorias no valor de R\$115,00, sendo que posteriormente a nota fiscal foi emitida pela autuante, visto que o talonário se encontrava em seu poder. Juntou cópia da Nota Fiscal nº 1882 (fl. 18).

A autuante em sua informação fiscal à fl.24, esclarece que a ação fiscal foi realizada com base na constatação "in loco" da falta de emissão de nota fiscal, e que no momento da auditoria de Caixa constatou vendas com cartões e posteriormente a contagem do numerário, conforme consta à fl.5 do processo. Rebate a alegação defensiva dizendo que a venda apontada não tinha seu dinheiro em Caixa no momento da ação fiscal. Mantém seu procedimento fiscal, salientando que o autuado assinou o Termo de Auditoria de Caixa concordando com o resultado apresentado.

VOTO

A multa de QUE cuidam os autos foi aplicada em razão de descumprimento de obrigação acessória, relativa à falta de emissão de documentos fiscais nas operações de vendas de mercadorias a consumidor final, com base no Termo de Auditoria de Caixa (doc. fl. 05).

A ação fiscal que resultou na aplicação da penalidade objeto deste processo é decorrente de visita ocorrida no dia 24/01/2008, realizada pela própria autuante no estabelecimento do autuado, sendo verificada a realização de vendas de mercadorias sem emissão de documento fiscal próprio, fato esse, confirmado através da Auditoria de Caixa realizada na presença de preposto da empresa Sr^a Antônia Ribeiro Nascimento, na qual, foi apurada a existência de R\$115,60, representativa da diferença entre o saldo de abertura comprovado mais o numerário em espécie. Foi emitida a Nota Fiscal nº 001882 (doc. fl. 04) para regularizar as vendas realizadas.

A Auditoria de Caixa é um roteiro de fiscalização realizado, por prepostos da fiscalização de mercadorias em trânsito, no estabelecimento do contribuinte e muito empregado para verificação

se o estabelecimento emitiu notas fiscais nas operações que realizou no dia. Consiste na contagem do numerário existente no Caixa no momento da fiscalização, e a partir dessa contagem, conferir a sua origem, ou mais precisamente, se dito numerário é originário de vendas mediante emissão dos documentos fiscais correspondentes.

Logo, no presente caso, não acato o argumento defensivo de que a fiscalização exigiu o talonário antes da contagem do numerário, pois não é esse o procedimento neste tipo de auditoria.

Além do mais, os artigos 142, inciso VII, e 220, I, do RICMS/97, determinam que é obrigação do contribuinte emitir e entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a nota fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias, não justificando a diferença encontrada no Caixa.

Desta forma, concluo que a infração está caracterizada, mediante a apuração de saldo positivo de numerário no Caixa sem a devida comprovação da origem desse numerário, o que autoriza a conclusão de tratar-se de numerário advindo de operações de vendas de mercadorias sem a emissão dos respectivos documentos fiscais.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

VOTO DISCORDANTE

O contribuinte é acusado de efetuar vendas de mercadorias sem emissão de documentos fiscais. O fato foi evidenciado mediante levantamento de Caixa.

Esse tipo de autuação é corriqueiro. Só nesta Junta certamente já foram analisadas centenas de Autos envolvendo fatos dessa natureza.

Este caso, porém, reveste-se de uma peculiaridade especial.

Ouvi atentamente a sustentação oral do representante da empresa. Sua explicação para a diferença constatada é convincente, e põe razoável dúvida quanto ao cometimento da infração.

Em caso de dúvida, não se pode concluir que houve a infração.

Foi explicado na sustentação oral que o preposto fiscal, ao chegar ao estabelecimento, solicitou o talonário de documentos, sendo atendido de pronto. Naquele instante estava sendo atendido um cliente. O fiscal fez anotações no talão em branco. Nesse ínterim foi concluída a venda. O fiscal pediu que fosse feita a contagem dos valores em caixa. Deu diferença. A diferença refere-se à venda que foi feita no momento em que o talonário se encontrava em poder do preposto fiscal. O balconista, por falta de experiência, não querendo interromper o trabalho do preposto fiscal, supondo que ele estava fazendo algum tipo de conferência, por questão de respeito e natural temor diante da autoridade fiscal, não quis interrompê-lo, e deixou para emitir o documento depois que o documento fosse liberado. Não sabia que o talonário tinha sido solicitado para “trancamento”.

Essas são as explicações da defesa, feitas oralmente na sessão de julgamento. Pode ser uma desculpa esfarrapada. Mas também pode ser a verdade. Não quero ser ingênuo, do mesmo modo que não pretendo ser injusto.

A explicação foi suficiente para levantar a dúvida.

“In dubio pro reo”.

Durante a sessão de julgamento, solicitei que a secretária desta Junta verificasse a condição desse contribuinte. É microempresa. Não considero que se deva apenar um pequeno contribuinte com o rigor da lei diante de uma dúvida como a que calou na minha consciência.

Como o fato, objetivamente, está provado, considero razoável que se julgue procedente o Auto de Infração, dispensando-se, contudo, a multa, com fundamento no § 7º do art. 42 da Lei nº

7.014/96, haja vista que não houve dolo, fraude ou simulação e o fato não implicou falta de pagamento do tributo, pois o documento foi emitido, embora após o “trancamento” do talonário. Em síntese, o meu voto é este: voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, dispensando-se, porém, o pagamento da multa, pelas razões expostas.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232951.0069/07-8**, lavrado contra **BRASILACU COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no artigo 42, XIV-A, da Lei nº 7.014/96, modificado pela Lei nº 8.534, de 13/12/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de novembro de 2008.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR/VOTO DISCORDANTE